

I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa

Versões da História: uma análise da construção histórica oficial das forças terrestres e navais brasileiras

Amanda Pinheiro Mancuso

Este trabalho se propõe a apresentar os resultados obtidos em pesquisa de doutorado intitulada *Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas – os casos do Exército e da Marinha*, cujo objetivo era analisar a construção histórica do Exército e da Marinha com vistas a compreender como as faces pública e privada dessas forças se entrecruzam na construção de um discurso histórico compatível tanto à manutenção da auto-imagem militar quanto à realidade de sua inserção na história nacional, concretizando-se em um dos recursos através dos quais podemos abordar a identidade militar.

Auto-imagem, neste caso, é entendida através do conceito de *ethos* que, de maneira sintética, pode ser resumido como a construção de uma imagem de si que é produzida no ato discursivo. Sua análise se insere em vários campos das Ciências Humanas, passando pela Lingüística através dos estudos da Retórica, das teorias narrativas e da Análise do Discurso, e também pelas Ciências Sociais por meio dos estudos culturais e da sociologia dos campos. Em todos esses casos, existe um entendimento sobre a definição de *ethos* como um cruzamento de olhares, isto é, “o olhar do outro sobre aquele que fala, o olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”¹. Assim, afirma Patrick Charaudeau, o sentido expressado por nossas palavras depende, ao mesmo tempo, daquilo que somos e daquilo que dizemos, sendo o *ethos* o resultado dessa dupla identidade, mas que termina por se fundir em uma única.

A abordagem de Ruth Amossy² sobre o *ethos* amplia essa perspectiva ao considerá-lo como uma elaboração também institucional. Para ela, “Não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu)”, havendo instâncias mediadoras responsáveis pela passagem do sujeito falante como um ser empírico para o locutor como pura instância de discurso: a construção discursiva, o imaginário social e a autoridade institucional. Essas instâncias contribuiriam para estabelecer o *ethos* e a troca

¹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006, p.115.

² AMOSSY, Ruth. “Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso”. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

verbal do qual ele é parte integrante e, nesse sentido, entende-se que a fala produz um efeito sobre aquele a quem se dirige na troca verbal, isto é, “o discurso permite (inter)agir”. Assim, “Para todas as abordagens que valorizam a eficácia da fala, o *ethos* não é somente uma postura que manifesta o pertencimento a um grupo dominante, ele é uma imagem de si construída no discurso que influencia opiniões e atitudes”³.

Seguindo Michel Pollak em seu trabalho *Memória e Identidade Social*⁴, o conceito de identidade é utilizado como a “imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. Nesse sentido, *ethos* e identidade social, ambos abordados pela perspectiva coletiva (isto é, do grupo Forças Armadas e não por seus indivíduos particularmente), referem-se, em última instância, a um mesmo processo pelo qual é construída a auto-imagem institucional, tanto em sua dinâmica interna quanto em sua relação com a sociedade.

Partindo do princípio que o objeto analisado é produzido com um caráter “oficial”, voltado também para o público civil e não apenas para os seus pares, poder-se-ia afirmar não ser possível apreender o conteúdo dessa identidade para o grupo, pois este discurso seria construído visando estabelecer uma imagem pública positiva, enquanto a identidade militar é, segundo Celso Castro⁵, construída em sua relação de oposição ao civil. Contudo, como apontou Piero de C. Leirner⁶, “por mais que a instituição tenda, como mecanismo de construção da sua identidade social, a se fechar numa micro-totalidade, ela tem uma face pública, por ser uma instituição nacional, pertencente portanto ao mundo da *polis*”. Por essa razão, afirma o autor, a construção da identidade militar não se desenvolve apenas internamente, mas possui uma face que tem que ser politicamente negociada com a sociedade.

Nesse sentido, buscamos identificar de que forma esses dois níveis de construção social da identidade se articulam na narrativa histórica. Chamada de história oficial, ela é construída visando objetivos que vão além do relato histórico das experiências vividas pela instituição, desempenhando função referencial importante nesses dois níveis: internamente, ela é um dos meios de contar aos seus oficiais sobre a instituição da qual fazem

³ Idem, p.142.

⁴ Pollak, Michel. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.

⁵ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

⁶ LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.13.

parte, seu papel e sua função na sociedade; externamente, a instituição estabelece sua relação com a história nacional através desse recontar histórico.

Entretanto, as Forças Armadas não são um grupo monolítico em suas opiniões e visão de mundo, embora publicamente se apresentem com uma aparência de unidade, coesão e estabilidade, principalmente no trato de algumas questões com o mundo externo à instituição. Suas divergências são mais facilmente perceptíveis nos problemas concernentes às suas relações internas e, como descrevem Celso Castro e Maria Celina D'Araújo⁷, “em períodos de democracia, quando a instituição está restrita aos quartéis”. Essa complexidade apresentada pela categoria “militares”, que engloba segmentos definidos tanto verticalmente (diferentes níveis hierárquicos e de gerações) quanto horizontalmente (as diferentes forças)⁸, encontra-se refletida em nosso objeto, através da preocupação das forças naval e terrestre com a elaboração de sua própria história. As diferenças encontradas no discurso permitem captar não somente aspectos da relação com o mundo exterior, mas também questões concernentes à realidade interna das Forças Armadas, pois as divergências podem se materializar em visões de mundo e posicionamentos político-ideológicos particulares.

O corpus do trabalho consistiu no discurso histórico construído pela *História do Exército Brasileiro*⁹ e pela *História Naval Brasileira*¹⁰ (a partir de agora *HEB* e *HNB*), que são as principais publicações de história oficial de suas respectivas forças. Ser oficial significa sustentar, em um determinado contexto, a fala de toda uma instituição. Neste caso, as histórias oficiais são narrativas de caráter referencial para a instituição militar, construídas como uma afirmação de veracidade que procura passar a mensagem: “esta é a nossa história”.

Essas obras foram editadas no início da década de 1970, durante um dos períodos mais tensos do regime militar. Nesta época, a desestruturação dos movimentos revolucionários estava no primeiro plano da atenção militar. Nas cidades, as organizações de esquerda já haviam sido praticamente desmanteladas e, no campo, tinham início as campanhas de combate à Guerrilha do Araguaia. A delicada conjuntura que envolveu a publicação das obras não pode, portanto, ser ignorada, sendo uma das principais preocupações metodológicas do trabalho. Através da comparação dessas obras em dois momentos diferentes, procurou-se verificar em que medida a narrativa sofreria a influência da conjuntura

⁷ CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.11.

⁸ Idem, p.12.

⁹ BRASIL, Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*. 3 vol. Distrito Federal: Fundação IBGE, 1972.

¹⁰ HISTÓRIA Naval Brasileira. 5vol. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, várias datas.

política e, conseqüentemente, o que o novo discurso poderia nos dizer sobre a instituição militar.

Nesse sentido, debruçamo-nos também sobre a segunda edição da *HEB* publicada pelo Exército em parceria com a iniciativa privada em 1998¹¹. A esta altura, os militares já haviam se afastado do controle do Poder Executivo e o país caminhava para uma segunda década democrática. Uma das mudanças mais importantes impostas à estrutura militar viria a acontecer no ano seguinte, com a criação do Ministério da Defesa, que alterou a forma de inserção das Forças Armadas junto ao Poder Executivo, sendo considerada por muitos como um dos mais importantes passos rumo ao controle civil.

Já com relação à publicação da *Marinha*, foi preciso fazer uma escolha metodológica de forma a regularizar a análise. A *HNB* não foi publicada em seu conjunto num mesmo momento, havendo um período de aproximadamente dez anos entre a publicação do Tomo I do Primeiro Volume (1975) e a publicação do Tomo II do Quinto Volume (1985). Isso nos deixaria com um discurso “atrasado” em cerca de uma década quando comparado à nova edição da *HEB*, dificultando a análise da adaptação narrativa ao contexto pós-regime militar. Contudo, a reedição da obra sem alterações desde então indica a validade do discurso produzido pela força naval nos dias atuais. Isto é, se uma atualização do discurso não foi julgada necessária, pode-se considerar que a narrativa ali encontrada é ainda tida como representativa de sua visão histórica.

A análise das duas edições comprovou que o contexto político não pode ser ignorado, pois a narrativa oficial sofreu a influência das duas diferentes conjunturas, porém, as mudanças verificadas representam mais uma tentativa de adaptação do discurso ao novo contexto político do que resultado de uma mudança de conteúdo do discurso. A principal diferença entre as duas edições é que os elementos de “doutrinação” ou “didáticos” presentes na primeira (1972) aparecem de maneira menos direta na construção de 1998, o que não quer dizer que eles tenham desaparecido. Por traz de ambas as publicações, pode ser identificado um projeto histórico¹² que permanece inalterado: transmitir uma imagem institucional coesa e positiva do Exército, a fim de destacar os laços inseparáveis que o une à sociedade. Nesse sentido, permanece não somente o caráter doutrinário interno, mas a própria atualização do discurso pode ser vista como uma tentativa de restabelecer uma imagem positiva da força

¹¹ O Exército na História do Brasil. 3vol. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Salvador [Bahia]: Odebrecht, 1998.

¹² A idéia de projeto está relacionada à imagem que os grupos pretendem transmitir através do recontar histórico, que articula os elementos do passado de maneira a construir uma história coerente à sua realidade no presente.

terrestre junto à sociedade com o intuito de obter o seu apoio num momento discutido e vivido por muitos como de crise de identidade militar.

Em linhas gerais, o Exército é apresentado como a força de ligação que uniu o colonizador vindo com as caravelas, os povos indígenas nativos e o africano. Se da mistura dessas raças nasceu o povo brasileiro, sua união na defesa do território deu origem ao povo em armas, cujo início é oficializado na batalha de Guararapes, episódio que é parte da história da expulsão dos holandeses do Brasil. Dessa forma, as origens da nacionalidade brasileira e do próprio Exército vêm seus destinos selados no momento de sua fundação e, a partir de então, a história de um não pode ser diferenciada da história do outro. Isso tem implicações importantes na definição da auto-imagem do Exército e, conseqüentemente, na concepção de seu papel na sociedade, pois em função dessa origem comum o Exército se estabelece como guardião da nacionalidade. Tendo em vista esse projeto histórico, a periodização definida pela *HEB* estabelece dois momentos importantes para a compreensão do discurso.

O primeiro conjunto narrativo (delimitado pelo primeiro volume da *HEB*) tem início com o descobrimento do país e segue pela história do Brasil colônia até o momento imediatamente anterior à chegada da família real portuguesa ao Brasil, buscando estabelecer o surgimento do Exército já nos primórdios de nossa história. Para atingir tal fim, a narrativa destaca a atuação da força terrestre como promotora da integração e unidade nacional, papel que nesse período dizia respeito à manutenção da estrutura geográfica pela posse e defesa do território. Como antecipado, o principal elemento simbólico desse conjunto é a expulsão dos holandeses do Brasil, o mito de origem do Exército brasileiro.

O segundo conjunto (correspondente ao segundo volume da *HEB*) dedica-se aos eventos que se desenrolaram logo da chegada da família real portuguesa ao Brasil até a Proclamação da República (1889). Nesse momento, a garantia da unidade e integração transforma-se em defesa da integridade nacional. Isto é, a atuação do Exército se volta principalmente contra os processos de desagregação que afligiam o Brasil nesse momento em que a garantia da unidade do território passava pela unidade política. Nesse sentido, a descrição dos eventos que marcaram o período procura estabelecer um novo mito de origem, o da atuação política do Exército, buscando legitimar a participação militar na vida política do país. Com isso, os movimentos que se seguiram à Independência e aqueles que caracterizaram o período Regencial são descritos como aqueles que permitiram ao Exército tomar consciência do papel político que seria chamado a desempenhar na sociedade brasileira, fixando finalmente esse marco na Guerra do Paraguai.

O ponto principal desse discurso é que, num momento de crise e instabilidade, marcado por sucessivos movimentos provinciais e disputas na região platina, o Exército foi o responsável pela manutenção da unidade nacional. Em contexto em que o Brasil corria o risco da fragmentação que caracterizou o processo de independência das nações vizinhas, além da questão da integração territorial, a unidade política passa a definir o ideário narrativo. Assim, o Exército seria não somente o mantenedor da unidade, mas também o fiador da “integridade nacional”. Este termo, tão marcado pela Guerra Fria, é referência constante na edição da *HEB* de 1972 e mesmo que a nova edição tenha promovido sua adaptação ao contexto pós-Guerra Fria, pela suavização de termos marcadamente ideológicos, o conteúdo narrativo não sofreu alterações em seus elementos simbólicos. Nesse sentido, embora privilegie a utilização de palavras como “unidade” ao invés de “integridade”, a construção resultante permaneceu a mesma.

Da mesma maneira, a Marinha também se empenhou na construção e organização de sua história, pois “estava, no entanto, para ser estudada de forma global, a capital importância das forças de mar na ocupação e defesa do território brasileiro, desde os anos imediatos ao Descobrimento”¹³. Com este intuito, foi determinado ao Serviço de Documentação Geral da Marinha¹⁴ a redação e publicação da *HNB*, composta por cinco volumes (totalizando dez livros) que apresentam ao público textos assinados por “ilustres especialistas nacionais e estrangeiros”, o que a diferencia de sua congênera terrestre.

De maneira geral, é difícil encontrar discussões sobre a Marinha colonial, principalmente sobre o período que decorre do descobrimento das terras ultramarinas na América até a transferência da família real portuguesa para a colônia. Em grande parte, isso se explica pelo fato de, historicamente, essa Marinha ser expressão do poder naval português e não uma força brasileira que, como tal, só passaria a existir com a Independência. Essa visão, que caminha em consonância com a realidade histórica da formação da força naval, é sustentada durante toda a narrativa de maneira diversa do que vimos ser construído na narrativa do Exército, que busca nos primórdios do Brasil colonial as bases de sua fundação. Partindo dessa constatação, duas considerações precisam ser ponderadas.

Em primeiro lugar, como explicar que mais da metade das quase quatro mil páginas que compõem a *HNB* sejam dedicadas a um período em que a força naval brasileira

¹³ HISTÓRIA Naval Brasileira. 1vol, tomo 1-A. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, p.10.

¹⁴ Atual Serviço de Documentação da Marinha. Criado em 1943, esse órgão da Marinha tem por função a conservação de documentação e do patrimônio histórico e artístico da Marinha, contribuindo, portanto, no “estudo, pesquisa e divulgação da História Marítima Brasileira”. Disponível em <<http://www.mar.mil.br/sdm/sede/missao.htm>>. Acesso em 25/07/2007.

“oficialmente” não existia? Em segundo lugar, se a Marinha não estabelece um mito de origem, baseando-se nos fatos históricos para fixar o momento de seu surgimento, isso significa que encontraremos em suas páginas apenas “constatações históricas” e, neste caso, haveria menor espaço para as construções simbólicas que remetem aos aspectos de representação identificados de maneira expressiva na narrativa do Exército? A resposta para ambas as perguntas se relaciona de maneira particular no caso da história naval e se refere a um aspecto capital de sua identificação.

A *HNB* também inicia sua narrativa com o descobrimento do Brasil e a estrutura militar (neste caso marítima) conduzida pelos portugueses nos anos que se seguiram. Entretanto, tanto essa estrutura como seus feitos são apresentados dentro do panorama do poder naval português. Mesmo a existência de composições populacionais descritas como luso-brasileiras não é passível de transformar, nem ao menos em termos de discurso, essa Marinha em brasileira. Pelo contrário, o termo que para o Exército indica a existência de aspectos de “nacionalidade”, na Marinha sustenta a visão de uma força que ainda não pode ser considerada nacional, pois a manutenção de elementos prioritariamente portugueses em seus quadros comprometeria seus interesses aos interesses da metrópole. Entretanto, os anos iniciais de nossa história são utilizados como argumento para destacar a supremacia e antecedência da força naval sobre as outras forças.

Essa supremacia pode ser identificada principalmente no que diz respeito à face tecnológica da força naval. Por ser uma força que necessita de equipamentos com características específicas para o pleno desempenho de suas atividades, o discurso se preocupa sobremaneira com a descrição de aspectos tecnológicos, de uma maneira que pode parecer exagerada. No entanto, esse exagero exerce um papel representativo muito específico: estabelecer a diferença profissional entre Marinha e as outras forças. Mais que isso, concentrando-se em narrativas técnicas do manejo e utilização das diferentes embarcações, do conhecimento necessário sobre aspectos geográficos como correntes marítimas e ventos, o discurso estabelece sua superioridade profissional a fim de mostrar que a condução da guerra no mar prescinde de conhecimentos específicos e complexos, reiterando, indiretamente, o imperativo de profissionalização de seus quadros.

O argumento da profissionalização abre caminho para outra questão importante dentro dessa estrutura de representação, diretamente relacionada à posição da Marinha no quadro mais amplo da história nacional, que constantemente destaca a atuação do Exército. Isto é, implícita – e às vezes explicitamente – identifica-se no discurso o seguinte argumento: a Marinha esteve presente em momentos importantes da história nacional tanto quanto o

Exército. Entretanto, se sua participação não teve a mesma projeção, é porque a Marinha esteve mais preocupada em exercer sua função profissional, afastando-se do cenário político sempre que seu profissionalismo esteve em jogo.

Profissionalismo neste caso está diretamente relacionado ao conceito desenvolvido por Samuel Huntington em *O Soldado e o Estado*¹⁵ que, em linhas gerais, afirma que quanto mais profissionalizada uma Força Armada, mais afastada ela deve se manter da política e, de forma inversa, mais distante se encontra do padrão profissional quanto mais envolvida nessa área. Dessa forma, estabelece-se diretamente uma crítica ao discurso construído pelo Exército, como se dissesse: somos tão importantes quanto vocês, porém, se nossa participação na vida nacional não foi tão evidente é porque somos mais profissionais.

A identificação desse posicionamento permite compreender o projeto histórico levado adiante pela *HNB*. A preocupação com a “veracidade histórica” e o pouco espaço aberto à exaltação inflamada dos líderes e da atuação da força naval, que contribuiriam para as construções míticas, contrapõem-se diretamente à narrativa construída pela *HEB*. A própria apresentação da obra, com textos mais bem cuidados, repletos de referências bibliográficas e todos assinados, senão por historiadores, como o caso de Pedro Calmon, ao menos por pessoas com experiência em estudos históricos, deixa transparecer uma preocupação com um “profissionalismo histórico”, no sentido de não ser uma obra amadora de história.

Se, como afirma Bourdieu, a identidade social se define e se afirma na diferença, enquanto na *HEB* é clara a diferenciação com o elemento civil, que compõe a estrutura principal na construção da identidade militar¹⁶, na *HNB* essa construção se estabelece mais na relação interna entre as forças, numa disputa da Marinha com o Exército pelo seu lugar na história nacional, configurando-se como uma contranarrativa ao discurso construído pelo Exército em dois aspectos inter-relacionados: tanto como oposição direta ao discurso construído na *HEB*, como também como oposição às perspectivas históricas amplamente difundidas que colocam a força terrestre no centro dos acontecimentos e descartam a participação da Marinha.

Nesse sentido, todos os acontecimentos usualmente creditados ao Exército terão sua contrapartida na *HNB*, como é o caso, por exemplo, da análise sobre a República, que tem na Revolta da Armada (1893) o seu posicionamento político mais forte. Porém,

¹⁵ HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 1996.

¹⁶ Castro, *op.cit.*

buscando equacionar uma contradição que esse posicionamento político poderia significar, o discurso se empenha em mostrar que essas situações foram exceções na história naval e não uma constante, como foi para o Exército. Com isso, fecha-se o elo que, ao mesmo tempo, une e separa a Armada das outras forças (principalmente a terrestre), permitindo identificar um *ethos naval* próprio, intrinsecamente relacionado à definição de sua identidade: dentre as demais forças armadas, a Marinha é a mais profissional.

Até agora, a análise das narrativas encontradas na *HEB* e na *HNB* se dividiu em duas etapas: do Descobrimento à Independência e da Independência à República. Pelas transformações político-sociais que representam, essas datas constituem marcos estabelecidos pela historiografia tradicional que foram seguidos pelas duas publicações. Isso porque, por serem as Forças Armadas uma instituição que desempenhou papel *sui generis* na história nacional, a história militar e a história nacional acabaram imbricadas de maneira bastante particular. De modo a sustentar essa imbricação, as histórias militares oficiais se apoiaram num tipo específico de construção da história do país produzido pelos Institutos Históricos e Geográficos. Baseado em outros institutos internacionais do gênero que lhe serviam de modelo, em 1839 surgiu no Brasil o pioneiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha por objetivo elaborar um grande projeto de reconstrução da história do país associado a uma perspectiva nacional em construção. Dentro de um panorama maior de consolidação do Estado Nacional, além de ensinar e divulgar conhecimentos, o Instituto deveria “formular uma história nacional coerente e única, que à semelhança dos demais modelos civilizados servisse sempre para a glória e exaltação da pátria”¹⁷. O modelo de história difundido era de orientação pedagógica e tinha como objetivo orientar as gerações para o patriotismo com base nos ensinamentos passados¹⁸.

Embora esse tipo de produção histórica seja hoje confrontado com o conhecimento produzido em outros setores que se opõem ao modelo tradicional, com destaque para as universidades, Schwarcz afirma que existem ainda espaços permeáveis a esse tipo de história épica e nacionalista, onde “um saber patriótico e pretensamente neutro subsiste, reproduzindo formas oficiais de compreensão do percurso do país”¹⁹. Este é justamente o caso das histórias militares aqui discutidas, onde além do intuito de construir a história dessas instituições, existe uma intenção clara de estabelecer seu papel na história do

¹⁷ SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989, p.9.

¹⁸ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000, p.61.

¹⁹ Schwarcz, *op.cit.*, p.66.

Brasil, em virtude principalmente de sua atuação que, em muitos momentos, caracterizou-se como predominantemente política. Uma análise mesmo que superficial das referências bibliográficas citadas pelas obras permite perceber que grande parte delas está identificada com a perspectiva tradicional e inserida justamente no contexto de produção dos Institutos Históricos e Geográficos. Da mesma forma, outra característica que permite enquadrar essas histórias militares na vertente tradicional é a existência de um projeto global que unifica e conduz o discurso, senão das Forças Armadas em seu conjunto, pelo menos “do Exército” e “da Marinha”. Visto fora de uma perspectiva comparativa, o discurso resultante contribui para a essencialização da imagem “dos militares” como um grupo homogêneo, a despeito das disputas internas que ocorreram em diversos momentos.

Porém, em ambos os casos, têm-se a sensação da perda do projeto que conduzia o discurso na construção histórica dedicada ao período posterior à República, sendo possível identificar com mais frequência problemas de consistência e fraquezas narrativas significativas, como se o tempo decorrido entre os eventos e sua elaboração histórica impedisse a cristalização de um discurso coerente. A análise dessas questões passa pela relação particular existente entre história e memória.

Partindo dos eventos mais distantes, deparamo-nos com um período que marcou profundamente a história do Brasil e das Forças Armadas e sobre o qual existe ainda grande número de testemunhas de segunda mão, ou seja, pessoas que conviveram com os portadores dessa memória e que, de alguma forma, a adquiriram. Esses períodos históricos, que pelas marcas deixadas na sociedade permitem que sua memória ultrapasse sua geração, constituem o que Hobsbawm define como zona de penumbra²⁰ e que, neste caso, é formada pelo tenentismo. Na *HEB* existe uma narrativa de certa forma organizada sobre o período, mas a passagem de uma edição para outra permite perceber que seus símbolos e representações ainda estão sujeitos a transformações, pois fazem parte da história de uma gama de instituições e pessoas, podendo assumir contornos diferentes em razão dessas múltiplas perspectivas. O tenentismo ficou tão marcado na história das Forças Armadas brasileiras que, mesmo afirmando não ter participado diretamente, a *HNB* também não deixa de dedicar parte de sua construção aos seus episódios.

O segundo momento marcante da narrativa sobre a República se refere ao período em que os militares estiveram no controle do Estado: o regime militar. Porém, aqui estamos lidando com um período ainda diretamente ligado à memória, dado o número de

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

testemunhas vivas, dificultando a institucionalização de uma visão única. Nesse sentido, a ausência de um discurso formalizado sobre um período tão importante para a história institucional pode ser explicada pela questão do distanciamento histórico que distingue história e memória. No caso do Exército, as maiores alterações podem ser verificadas nesse bloco narrativo, pois o tempo decorrido entre as suas edições promoveu uma suavização dos conteúdos ideológicos marcados pela Guerra Fria, principalmente da idéia de um projeto que se inicia com o a Revolução de 1922 e culmina na Revolução de 1964. Já no caso da Marinha, a ausência dessa construção é logo justificada pelo argumento do pouco distanciamento histórico necessário a uma análise independente.

Entretanto, entre esses dois momentos, é possível identificar, por analogia ao conceito de Hobsbawm, uma zona de história dentro da penumbra. Isto é, um evento sobre o qual se construiu uma história suficientemente coerente e forte, capaz de sobreviver de certa forma intacta aos processos de reorganização observados. Por suas justificativas humanitárias de luta contra a barbárie e por representar a luta das Forças Armadas na defesa da democracia, a Segunda Guerra Mundial conseguiu, ao longo dos anos, articular as várias memórias internas num bloco coerente, instalando um discurso que, de alguma maneira, faz sentido à realidade dos diversos grupos.

Enfim, os resultados obtidos pelo trabalho permitem compreender aspectos da identidade social dos militares, principalmente sobre que termos essa identidade é construída e de que maneira ela é articulada na construção do discurso sobre o seu passado na forma de um projeto. O estudo da história oficial constitui um aspecto importante para a compreensão de um grupo que atuou de maneira decisiva em vários momentos da história nacional e, nesse sentido, entender o modo como ele percebe a história do país e sua participação nela contribui para o aperfeiçoamento das relações entre civis e militares no contexto democrático.